PERSPECTIVAS PARA 2019

ROGÉRIO MORI
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP)

TUDO INDICA que a economia brasileira caminhará, em 2019, para um rumo mais favorável do que o verificado ao longo dos últimos anos. De fato, a recessão verificada desde 2015 foi uma decorrência direta dos graves erros de política econômica cometidos ao longo do governo Dilma. Sob essa perspectiva, os descalabros do lado fiscal levaram a uma grave deterioração das contas públicas brasileiras, com um acelerado endividamento público. O governo Temer reverteu em parte os danos causados pela má gestão, mas os estragos foram significativos, e o resultado impõe um considerável desafio de ajuste das contas para o governo Bolsonaro.

Ao mesmo tempo, a política monetária praticada ao longo do governo Dilma mostrou-se tolerante durante muito tempo com patamares de inflação cada vez mais elevados. A partir disso, o choque adverso ocorrido por conta da elevação das tarifas de energia elétrica em 2015 gerou uma forte aceleração da inflação. Esse processo inflacionário só foi contido no governo Temer, quando o Banco



SHUTTERSTOCK

Central, já sob um novo comando, passou a focar de forma mais contundente a inflação.

De qualquer forma, o Brasil vivenciou, ainda, em 2018 os rescaldos herdados da má gestão da política econômica durante o governo Dilma. O baixo crescimento econômico verificado no ano, de pouco mais de 1%, deveu-se, em boa medida, ainda ao elevado grau de endividamento relativo das famílias, o que limitou o potencial de expansão do consumo no ano. Desta forma, mesmo com a taxa básica de juros – Selic – no menor patamar histórico desde a implementação do real (em junho de 1994), observou-se uma reação aquém da esperada do lado da demanda e da atividade econômica brasileira.

As perspectivas para 2019 mostram-se um pouco mais favoráveis do ponto de vista econômico. De fato, as projeções apontam para um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) superior a 2,5% neste ano, sinalizando uma retomada da atividade econômica, ainda que em bases mais moderadas. Essas projeções refletem, ainda, a perspectiva de uma recuperação lenta da demanda, em função do elevado endividamento relativo das famílias brasileiras.

Ainda no campo positivo, não se espera uma alta expressiva da inflação neste ano: as projeções apontam para uma variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) da ordem de 4,1%. O comportamento da evolução dos preços em 2019 fica relativamente em linha com o cenário de recuperação lenta. Isso sugere pouca necessidade de aperto monetário no ano, e as projeções do mercado financeiro apontam para um fechamento da meta da taxa básica de juros em 7,5% ao ano em 2019.

As maiores dificuldades para o governo Bolsonaro e para o ano residem na questão fiscal. Conforme mencionado anteriormente, a aceleração dos gastos durante o governo Dilma levou a um forte processo de elevação do endividamento público. O governo Temer apenas estancou o processo de deterioração, mas o déficit nominal continuou elevado ao longo dos últimos anos, situando-se em 8,0% do PIB em 2016, 7,7% do PIB em 2017 e 6,5% do PIB no resultado acumulado em 2018 até outubro. Os resultados só não foram piores porque o governo federal realizou um expressivo aperto.

Nesse sentido, embora o País necessite de uma ampla reforma fiscal, que crie elementos para tornar o Estado brasileiro mais enxuto e eficiente, a prioridade zero para o governo Bolsonaro deve ser a reforma previdenciária. A análise dos dados, nesse caso, é reveladora: enquanto o governo federal registrou um superávit primário acumulado até outubro em 2018 da ordem de R$ 102,6 bilhões (1,9% do PIB), o déficit do INSS foi de R$ 168,1 bilhões no mesmo período. Em outras palavras, o superávit construído pelo governo federal foi consumido inteiramente pelo resultado do INSS, gerando, ainda, um déficit primário no âmbito do governo central.

Uma reforma da previdência, para ter chances de sucesso, tem que ser enviada logo nos primeiros meses do ano. Tudo indica que o novo governo encaminhará esse assunto ao Congresso ainda no início de 2019. ■